

CERTIDÃO
CERTIFICO, que o(a) Resolucado
nº...2.0.24.1.3...foi publicado (a)
em2.5./..3../1.3...o Diário da Justiça
do Estado de Goiás.
CERTIFICO ainda, que o (a) mesmo
(a) foi circulado (a) em2.5./..3.../1.3.
O referido é verdade e dou fé.
Goiânia 25./..3.../1.3.../1.3.../1.3.../1.3.../1.3..../1.3...

RESOLUÇÃO Nº 202/2013

Altera a Resolução TRE/GO nº 140/2008, que dispõe sobre as atribuições da Ouvidoria Regional Eleitoral de Goiás, reproduzidas na Resolução TRE/GO nº 173/2011, que dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Ouvidor Público reveste-se de independência no exercício de sua atividade e representa os interesses da cidadania perante a administração;

CONSIDERANDO que o exercício da função sujeita o Ouvidor Público à observância de regramento ético próprio, que conjuga a defesa do interesse público e a manutenção da relação de confiança estabelecida entre ele e o cidadão representado;

CONSIDERANDO que a relação de confiança estabelecida entre o Ouvidor Público e o cidadão representado, com base no princípio da boa fé, impõe ao Ouvidor a manutenção de sigilo da identidade do cidadão quando assim o solicitar e as circunstâncias do caso concreto indicarem;

CONSIDERANDO que a garantia do sigilo da identidade do cidadão representado pelo Ouvidor Público encontra amparo no artigo 5°, inciso XIV, da Constituição Federal;

RESOLVE:

ABA

(Fl. 2 da Resolução nº 202, de 19 de março de 2013)

Art. 1º Acrescentar ao inciso V do artigo 12 da Resolução TRE/GO nº 140/2008 as seguintes alíneas:

 (\ldots)

- e) não serão admitidas solicitações de informações, reclamações, denúncias e demais ocorrências, caso sejam anônimas;
- f) deve ser mantido e garantido, conforme o caso, quando solicitado e a natureza do tema recomendar, o sigilo da fonte das solicitações de informações, reclamações, denúncias e demais ocorrências registradas na Ouvidoria.";
- Art. 2º Acrescentar ao inciso V do artigo 27 da Resolução TRE/GO nº 173/2011 as seguintes alíneas:

 (\ldots)

- e) não serão admitidas solicitações de informações, reclamações, denúncias e demais ocorrências, caso sejam anônimas;
- f) deve ser mantido e garantido, conforme o caso, quando solicitado e a natureza do tema recomendar, o sigilo da fonte das solicitações de informações, reclamações, denúncias e demais ocorrências registradas na Ouvidoria.";

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE

GOIÁS, em Goiânia, aos 19 dias de março de 2013.

ARTHUR MENT

(Fl. 03 da Resolução nº 202, de 19 de março de 2013) Desembargador GILBERTO MARQUES FILHO Presidente Desembargador JOÃO WALDECK FELIX DE SOUSA Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral Doutor ABEL CARDOSO MORAIS Juiz Membro Substituto Doutor AIRTON FERNANDES DE CAMPOS Juiz Membro Doutora DORACI LAMAR ROSA DA SILVA ANDRADE Juíza Membro Doutor WILSON SAFAT Juiz Membro Doutor LUCIANO MTANIOS HANNA Juiz Membro Doutor RAPHAEL PERISSE RODRIGUES BARBOSA

Procurador Regional Eleitoral Substituto